



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 268ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1 Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala de Reuniões do
2 Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão
3 Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo Roscoe
4 Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents Pereira,
5 Benis Silva Queiroz Bastos, Arinda Fernandes, Antonio Ezequiel de Araujo Neto, Selma Leite do
6 Nascimento Sauerbronn de Souza, Katie de Sousa Lima Coelho e Mauro Faria de Lima. Ausentes,
7 justificadamente, os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque e José Firmo Reis Soub e o
8 Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho. **I –**
9 **EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** O Conselho Superior, à
10 unanimidade, aprovou a ata da 267ª Sessão Ordinária, de 10 de agosto de 2018, e da 211ª Sessão
11 Extraordinária, de 14 de agosto de 2018. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.**
12 Requerimento formulado pela Associação dos servidores do MPDFT – ASMIP, de 19 de julho de
13 2018, o qual requer que os servidores ocupantes de cargos efetivos do MPDFT sejam consultados
14 quando da Eleição para composição de lista tríplice para Procurador-Geral de Justiça, fazendo parte
15 do rol de eleitores (*Tabularium* nº 08191.075578/2018-69); **B.** Portaria Normativa nº 562, de 10 de
16 agosto de 2018, que altera, *ad referendum* do Eg. Conselho Superior do MPDFT, a Portaria
17 Normativa PGJ nº 523, de 8 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a vinculação dos órgãos de
18 execução do MPDFT às unidades da Polícia Civil do Distrito Federal para fins de exercício das
19 atribuições de controle externo da atividade policial; **C.** Memorando nº 001/2018-VPGJ-I, de 15 de
20 agosto de 2018, em que o Vice-Procurador Geral de Justiça Institucional André Vinícius de Almeida
21 solicita dispensa da designação, bem como a deliberação pelo Conselho Superior acerca de indicação
22 de membro para compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (*Tabularium*
23 nº 08191.086457/2018-42). O item será trazido na próxima sessão com indicação posterior de
24 membro para compor o comitê. **D.** Portaria PGJ nº 988, de 16 de agosto de 2018, que designa, *ad*
25 *referendum* do Eg. Conselho Superior do MPDFT, a Promotora de Justiça Luciana Medeiros Costa
26 para exercer a função de suplente da Ouvidoria do MPDFT. O Conselho Superior, à unanimidade,
27 referendou a Portaria; **E.** Despacho datado de 28 de agosto de 2018 (*Tabularium* nº
28 08191.092149/2018-56), assinado pelos Procuradores de Justiça Maria Anaídes do Vale Siqueira
29 Soub, Olinda Elizabeth Cestari Gonçalves e Vítor Fernandes Gonçalves, em que solicitam a
30 designação do último como Coordenador da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica
31 Cível Especializada. O Conselho Superior, à unanimidade, acolheu o pedido dos membros da 2ª
32 Câmara Cível. **3. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO**
33 **CIDADÃO – PDDC.** Sem comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.**
34 Memorando nº 2745/2018 – Ouvidoria, de 10 de setembro de 2018 (*Tabularium* nº
35 08191.096461/2018-19), que encaminha o relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do
36 Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de agosto de 2018; **B.** Memorando nº 88/2018 – SIC, de
37 10 de setembro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.096459/2018-40), que encaminha o relatório dos
38 Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de agosto de 2018. A Ouvidora
39 do MPDFT, Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo, fez uso da palavra para esclarecimentos, bem
40 como apresentou em sessão o Relatório de visitas aos serviços de triagem e encaminhamento do
41 cidadão das Coordenadorias Administrativas das Promotorias de Justiça do MPDFT - 2018. O
42 Colegiado, à unanimidade, aprovou os relatórios. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-**
43 **GERAL.** Sem comunicações. A Secretária do Conselho Superior Arinda Fernandes apresentou para
44 votação no colegiado Requerimento apresentado pela Promotora de Justiça Maria Elda Fernandes



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

45 Melo que solicitou o uso da palavra em plenário, como direito de resposta, tendo em vista que seu
46 nome foi citado em uma sustentação oral em sessão ordinária anterior. O Conselho Superior, por
47 maioria, indeferiu o pedido da Promotora de Justiça requerente. O Presidente solicitou que a
48 Secretária encaminhasse para sua análise o requerimento indeferido. **II – ORDEM DO DIA. 1.** O
49 Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº**
50 **08191.077349/2018-89**. Interessados: Promotores de Justiça Anna Barbara Fernandes de Paula,
51 Kléber Benício Nóbrega, Larissa Bezerra Luz, Lívia Cruz Rabelo, Marcio Vieira de Freitas, Natália
52 Magalhães Wanderlei, Pércles Manske Pinheiro e Tiago Dias Maia. Assunto: *Requerimento com*
53 *pedido liminar acerca do Aviso de Substituição Simples nº 01/2018*. Relator: Conselheiro ANTONIO
54 EZEQUIEL DE ARAUJO NETO. Discussão: Foi concedida a palavra para sustentação oral, pelo
55 prazo regimental, aos Promotores de Justiça Larissa Bezerra Luz, Natália Magalhães Wanderlei e
56 Marcio Vieira de Freitas, conforme art. 16, §1º, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. Foi
57 apresentada questão de ordem para informar que existe procedimento semelhante no Conselho
58 Nacional do Ministério Público - CNMP, com decisão sobrestada aguardando solução no âmbito
59 deste MPDFT. O Chefe de Gabinete, Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho, fez uso da palavra para
60 prestar esclarecimentos, em conformidade com o disposto no art. 16, §3º, da Resolução CSMPDFT nº
61 170/2014. A Conselheira Selma Leite Sauerbronn de Souza declarou-se impedida. Dispensada a
62 leitura do relatório. **Decisão:** Foi apresentada questão preliminar acerca do impedimento do
63 Procurador-Geral de Justiça para votar no presente julgamento. O Conselho Superior, por maioria,
64 afastou a preliminar e deliberou no sentido de não haver impedimento do Procurador-Geral de
65 Justiça. Vencidos os Conselheiros Katie de Sousa Lima Coelho, Ruth Kicis Torrents Pereira e Benis
66 Silva Queiroz Bastos. O Conselho Superior, por maioria, acompanhou o Relator pelo deferimento do
67 pleito no sentido do fiel cumprimento do parágrafo único do artigo 50 da Resolução CSMPDFT nº
68 205/2015 nos próximos Avisos, e que todas as promotorias que a Administração Superior entenda que
69 serão colocadas em Aviso de Substituição, seja feito desde o primeiro aviso. Vencido o Presidente do
70 Conselho Superior, que apresentou voto escrito pelo não conhecimento do pedido em virtude de
71 incompetência do Conselho Superior para atuar como instância revisional de atos administrativos da
72 Procuradoria-Geral de Justiça. Ficam ressalvados os efeitos do Aviso nº 01/2018, em razão do seu
73 exaurimento, com recomendação à Procuradoria-Geral de Justiça para que ofereça proposta de
74 alteração de Resolução CSMPDFT nº 205/2015. **2.** O Presidente inverteu novamente a pauta e
75 chamou o **Processo nº 08191.073243/2018-14**. Interessados: Chefia de Gabinete da Procuradoria-
76 Geral de Justiça e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Aviso de Afastamento de membros do*
77 *MPDFT para estudo referente ao primeiro semestre de 2019*. Relator: Conselheiro ANTONIO
78 EZEQUIEL DE ARAUJO NETO. Discussão: Dispensada a leitura do relatório e breve resumo dos
79 fatos. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela autorização do
80 afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Santos Teixeira, pelo período de 3 (três) meses para
81 elaboração de sua dissertação de Mestrado, e do Promotor de Justiça Adjunto Rodrigo de Oliveira
82 Machado, no período de 14 de janeiro a 2 de maio de 2019, acrescidos de 5 dias úteis para o
83 deslocamento, e a concessão de 3 (três) meses para elaborar a dissertação, a partir de 3 de maio de
84 2019. **3.** O Presidente, atendendo a pedido de inclusão extrapauta do Conselheiro Antonio Ezequiel
85 de Araujo Neto, chamou a julgamento o **Processo nº 08191.008251/2018-81**. Interessadas:
86 Procuradora de Justiça Selma Leite Nascimento Sauerbronn de Souza e Promotoras de Justiça Raquel
87 Tiveron, Cíntia Costa da Silva e Selma Godoy. Assunto: *Afastamento para participação em curso de*
88 *Aperfeiçoamento “Combate ao crime Organizado: máfias, corrupção e terrorismo”, no período de 7*
89 *a 16 de maio de 2018, em Roma/Itália*. Relator: Conselheiro ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO
90 NETO. Discussão: Breve relato dos fatos. A Conselheira Selma Leite Sauerbronn de Souza declarou-
91 se impedida. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator e reconheceu o
92 cumprimento das normas pertinentes pelas Interessadas, com o consequente arquivamento do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

93 Procedimento. Neste momento, diante da necessidade de ausência do Procurador-Geral de Justiça
94 Leonardo Roscoe Bessa, assumiu a Presidência a Conselheira Benis Silva Queiroz Bastos e chamou o
95 **4. Processo nº 08191.090170/2017-36.** Interessados: Corregedoria-Geral e Conselho Superior do
96 MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração de dispositivos das Resoluções CSMPDFT nº 60/2005, nº*
97 *66/2005 e nº 78/2007.* Relator: Conselheiro MAURO FARIA DE LIMA. Discussão: Dispensada a
98 leitura de relatório. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela
99 aprovação da proposta de alteração das Resoluções CSMPDFT nº 66/2005 e nº 78/2007, nos termos
100 da minuta anexa ao voto. **5. Processo nº 08191.074296/2017-63.** Interessados: Secretaria-Geral e
101 Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Promoção, por antiguidade, ao cargo de Promotor de*
102 *Justiça da carreira do MDPFT.* Relatora: Conselheira ARINDA FERNANDES. Discussão:
103 Dispensada a leitura do relatório. **Decisão:** O Conselho Superior, acolhendo à unanimidade o voto da
104 em. Conselheira-Relatora, decidiu pela promoção, por antiguidade, do Promotor de Justiça Adjunto
105 Júlio Augusto Souza ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito
106 Federal e Territórios, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária da Promotora de Justiça
107 Marlouve Moreno Sampaio Santos. **III – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** Foi
108 marcada Sessão Extraordinária para julgamento do Processo nº 08191.090146/2018-88, no dia **26 de**
109 **setembro de 2018, quarta-feira, às 11h** e Sessão Solene de posse dos novos Conselheiros no dia **1º**
110 **de outubro de 2018, às 15h.** Por fim, a data da próxima Sessão Ordinária ficou definida para o dia
111 **19 de outubro de 2018, sexta-feira, às 14h30.** Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do
112 Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelo Presidente do Conselho
113 Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

ARINDA FERNANDES
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 30/10/2018.

LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 30/10/2018.

.